

A revolução do Sudão em uma encruzilhada

O Sudão está passando de uma revolução popular para uma estrutura governamental pós-revolucionária, e do controle militar para o controle civil, e fazendo isso em um mundo onde os protestos foram suspensos. Será que a revolução terá um pouso difícil?

Khartoum é uma cidade onde o norte da África se mistura com a África Subsaariana, árabes de pele escura com africanos negros, cidade com campos, riqueza relativa com uma pobreza abjeta. Os contrastes se perdem nesta enorme cidade relativamente plana, formada pelas três aglomerações urbanas distintas de Cartum, Bahri (Khartoum do Norte) e Omdurman. [1] Entre seus prédios, principalmente de baixa altura, o Hotel Corinthia, de 18 andares e construído pelo governo líbio sob Gaddafi, se apresenta como uma Torre Eiffel.

As únicas outras estruturas que se destacam são relíquias do domínio colonial britânico ou edifícios oficiais construídos recentemente pela China (a China foi o parceiro credenciado do regime do ex-presidente Omar al-Bashir). As mais imponentes são os quartéis-generais de vários ramos das forças armadas do Sudão, todos em um enorme complexo do Comando Geral. Enormes multidões se reuniram fora do complexo em 6 de abril de 2019, aniversário da derrubada de outro ditador militar, Gaafar al-Nimeiry, no poder entre 1969 e 1985. No dia seguinte, o Sudão foi paralisado por uma greve geral e em 11 de abril, Bashir foi deposto após 30 anos desastrosos como presidente.

A revolta começou em 19 de dezembro de 2018, quando o preço do pão subiu através do decreto de um governo determinado a seguir os preceitos neoliberais e reabastecer os cofres públicos, extraíndo dinheiro dos mais pobres. Os protestos cresceram em tamanho e radicalismo até a manifestação

realizada fora do Comando Geral em 6 de abril de 2019, com o objetivo explícito de encorajar as forças armadas a expulsar seu comandante supremo. Os sudaneses mais antigos ou mais instruídos lembraram que os oficiais que depuseram Nimeiry em 1985 estiveram apenas um ano no poder antes de o entregarem a um governo civil eleito democraticamente; mas quase todos relembroum cenas emocionantes dos protestos de 2011 na Praça Tahrir do Cairo, o epicentro da revolta popular que levou os militares egípcios a depor o presidente Hosni Mubarak, também depois de 30 anos no cargo.

Os manifestantes no Sudão haviam aprendido com a experiência egípcia, assim como os da Argélia, que seguiram o exemplo em fevereiro de 2019 e conseguiram que suas Forças Armadas destituíssem o presidente em 2 de abril. Isto encorajou os sudaneses a exigir, por sua vez, que seu exército, apesar de sua relação muito mais repressiva com o povo, fizesse o mesmo. Argelinos e sudaneses sabem muito bem, no entanto, que a supervisão militar do governo é a pedra angular do “sistema” que “o povo quer derrubar” (um slogan comum das revoltas populares na região).

Onde o exército tem poder político

Egito, Sudão e Argélia são os três estados da região onde o exército é a instituição política fundamental. Ficou claro que as mudanças nos níveis mais altos do Estado egípcio após 2011 não tinham alterado os fundamentos do regime, de modo que a ditadura voltou com vingança três anos depois. Isto fez com que os movimentos populares na Argélia e no Sudão se desconfiassem: eles continuaram a protestar vigorosamente depois que seus presidentes foram depostos, exigindo um governo civil com plenos poderes executivos. A reação entusiasta à remoção de Mubarak no Egito, onde os Irmãos Muçulmanos eram a principal força organizada dentro do movimento popular, contrastou fortemente com a reação desafiadora e rebelde do movimento popular no Sudão (que tinha representantes oficiais, onde o da Argélia não tinha). As

Forças pela Declaração de Liberdade e Mudança (*Forces of Declaration of Freedom and Change* – FDFC) emitiram uma declaração em 11 de abril de 2019, após a deposição de Bashir, que começou: “As autoridades do regime realizaram hoje um golpe militar através do qual pretendem reintegrar os mesmos rostos e instituições contra as quais nosso corajoso povo se revoltou”.

Além das lições aprendidas do Egito, a natureza radical do movimento sudanês tem sido sustentada por sua organização. O papel desempenhado pela Associação dos Profissionais Sudaneses (*Sudanese Professional Association* – SPA) e pela FDFC é bem conhecido [2]. A SPA surgiu por etapas durante a década de 2010 a partir das lutas de grupos profissionais: por sua vez, médicos, jornalistas, advogados, cirurgiões veterinários, engenheiros e professores de escolas e universidades. Foi formalmente estabelecido em outubro de 2016, quando médicos, jornalistas e advogados adotaram um estatuto, embora sem obter o reconhecimento do governo. Ammar al-Bagir, membro do conselho da SPA, descreve a associação como um produto da classe média educada (embora ele admita que os professores não são da classe média propriamente dita, nem muitos jornalistas).

Como outros países emergindo de uma ditadura prolongada com sindicatos controlados pelo Estado, o Sudão testemunhou desde o ano passado uma extensa reestruturação do movimento de trabalhadores e das associações de agricultores. A esquerda tem pressionado para que a legislação substitua os sindicatos empresariais corporativos, impostos sob o regime de Bashir, por sindicatos profissionais. Defensores do pluralismo sindical têm sido colocados contra aqueles que querem manter o unitarismo sindical e torná-lo democraticamente responsável perante as assembleias gerais. Em todo caso, a classe trabalhadora foi consideravelmente enfraquecida sob o regime de Bashir, pela extensa desindustrialização em favor de uma economia rentista baseada na extração de recursos naturais

(petróleo, até a secessão do Sul do Sudão em 2011, ouro e outros metais e minérios), e pelo desmantelamento do setor público e terceirização de seus serviços, tudo isso levando a uma rápida expansão do setor informal.

A SPA rapidamente mostrou que poderia centralizar informações através da mídia social, e a partir de dezembro de 2018 tornou-se a voz das lutas e de um renascimento do sindicalismo. Em junho de 2019, o alto comando militar cortou a Internet enquanto tentava reprimir os protestos pela força, mas teve que restaurar o acesso em julho após esta tentativa fracassar. Entretanto, ativistas na diáspora sudanesa interviram para manter as comunicações da SPA.

Através da formação do FDFC, por uma declaração adotada em 1º de janeiro de 2019, a SPA se aliou a uma ampla gama de coalizões políticas e organizações da sociedade civil contra o regime de Bashir, desde os liberais islâmicos seculares ou moderados, como o Partido do Congresso Sudanês e o partido nacional Umma do Sadiq al-Mahdi, até comunistas, nacionalistas árabes e regionalistas.

Peso da tradição

Asha Elkarib, uma típica feminista da “classe média educada” que a SPA representa, lamenta que tenham aderido ao FDFC na mesma base que os outros membros. Ela preferiria que ela continuasse como uma federação do movimento de trabalhadores em paralelo com a FDFC, pois isso lhe teria dado maior influência sobre a direção dos eventos. Além disso, o equilíbrio de poder entre as diferentes afiliações políticas dentro da SPA, onde elas não são representadas como tal, não é o mesmo que dentro do FDFC, onde o peso da tradição prevalece sobre a renovação que surge da revolta.

As divisões entre gerações, e entre homens e mulheres, são claramente visíveis no campo da ação política e social no Sudão, onde jovens e mulheres, e, portanto, especialmente

jovens mulheres, denunciam o domínio patriarcal na vida política e nos partidos. Elas se vêem como forças democráticas mantendo um olhar crítico sobre um processo político liderado por partidos tradicionais da oposição, e têm um peso político considerável.

A Revolução de Dezembro do Sudão, como é conhecida a insurreição, mostra o quanto as mídias sociais pode fortalecer a influência em bases sociais e políticas. Houve uma onda de protestos depois que o FDFC nomeou seus delegados para negociações com os militares após a deposição de Bashir: foram forçados a emitir um pedido de desculpas público por ter incluído apenas uma mulher, embora as mulheres fossem maioria no movimento popular.

As mulheres são representadas no movimento principalmente pelos Grupos Feministas Cívicos e Políticos (a sigla em árabe é *Mansam*), uma coalizão, formada durante a rebelião, de organizações de mulheres ligadas às forças políticas da oposição, incluindo a influente e há muito estabelecida União das Mulheres Sudanesas, que é próxima ao Partido Comunista Sudanês (Sudanese Communist Party – SCP). A dinâmica criada ao reunir mulheres de diferentes grupos e associações políticas representa exigências feministas mais fortes do que as mulheres dos partidos individuais poderiam ter feito separadamente. *Mansam* e a Iniciativa Não à Opressão Contra a Mulher, fundada em 2009 e também representada dentro do FDFC, asseguraram uma cota de 40% de cadeiras para mulheres no Conselho Legislativo, que ainda não foi formado. No entanto, as feministas estão chocadas por haver apenas quatro mulheres entre os 18 membros do gabinete designados pelo FDFC (as pastas de defesa e interior são da competência dos militares) e estão exigindo paridade em todos os níveis.

Um aspecto da Revolução de dezembro que tem atraído poucos comentários fora do Sudão é o papel dos Comitês de Resistência. Estes comitês lideram o processo e são sua consciência crítica; eles são a força organizada da juventude

rebelde que esteve no centro da revolta e seu elemento mais radical, mantendo a pressão revolucionária. A Revolução de Dezembro mobilizou os jovens como as revoluções sempre fizeram (o clichê “revolução da juventude” utilizado na mídia desde 2011 é um pleonasmo), mas os movimentos na região desde a Primavera Árabe, como outros movimentos de jovens em todo o mundo desde então, são novidade em seu maior grau de auto-organização possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação.

Na esperança por uma organização horizontal

Há alguns anos, usando de um materialismo elementar, especialistas em gestão empresarial nos dizem que estas tecnologias levarão a redes horizontais substituindo estruturas piramidais. Isto é particularmente verdadeiro para as organizações revolucionárias. A revolução tecnológica veio na hora certa para ajudar a mobilizar uma geração altamente desconfiada da forma centralizada (e machista) de partidos políticos que presidiram os desastres da esquerda no século 20 – e as falhas de tais partidos políticos foram extremas nesta parte do mundo. Em cada país que viu a Primavera Árabe, assim como a “Segunda Primavera” que começou no Sudão, milhões de jovens se mobilizaram usando uma forma de auto-organização baseada em rede e independente dos partidos políticos. A organização centralizada do passado foi substituída por “comitês de coordenação”, que desempenharam um papel importante na fase inicial da revolta síria, como fazem na revolta sudanesa de hoje, onde os comitês de coordenação local ligam os comitês de resistência de vizinhança em uma rede nacional.

Esta rede cresceu fortemente, aproveitando a paralisação do aparelho repressivo no início da revolta, e da consolidação das liberdades recém-adquiridas, especialmente desde a tentativa fracassada de repressão em junho passado. Comitês de resistência de vizinhança foram formados nas principais cidades e comunidades rurais, reunindo muitas pessoas, em sua

maioria jovens e anteriormente desorganizadas politicamente. Por exemplo, pensa-se que Bahri (Khartoum do Norte) existam quase 80 comitês de resistência, cada um com várias centenas de membros. Estes comitês de base estabeleceram comitês de coordenação local; eles rejeitam qualquer tipo de centralização e estão empenhados em preservar sua autonomia. É por isso que delegaram ao FDFC o direito de falar em nome do movimento popular, do qual se tornaram rapidamente a ponta de lança, mas estão vigilantes perante os partidos políticos em uma transição incerta que depende de um compromisso com os militares.

Os comitês de resistência também foram rápidos em preencher o vazio deixado pelo colapso dos corruptos “comitês do povo” do regime de Bashir, que combinaram a prestação de serviços municipais com a vigilância a nível de vizinhança. Estes foram substituídos por “comitês de serviço” encarregados de organizar os serviços locais, especialmente a distribuição eqüitativa de mercadorias em falta, como pão ou combustível. [3]

Houve uma forte reação em novembro passado quando o novo ministro do governo federal tentou institucionalizar os comitês de resistência, renomeando-os de “comitês de serviço e mudança” e colocando-os sob a supervisão do FDFC. Um comunicado assinado por 40 comitês de coordenação e comitês locais de resistência criticou o ministro e o FDFC, advertindo-os contra qualquer tentativa de minar a independência dos comitês de resistência, seu papel no combate às forças do antigo regime de Bashir e sua missão autoatribuída de monitorar a transição política.

Os comitês teriam que ser domesticados ou reprimidos antes que a dinâmica revolucionária pudesse ser interrompida ou paralisada em um compromisso com as forças do antigo regime. Os sudaneses chamam isto de “aterissagem suave” para sua revolução; as alternativas são ou continuar a viagem ou uma aterissagem forçada, dependendo do ponto de vista político de

cada um. A Revolução de Dezembro permaneceu na encruzilhada destas possibilidades desde o acordo de 17 de julho de 2019 entre o FDFC e os militares, que formalizou a partilha do poder entre as Forças Armadas e o movimento popular.

Sucesso para a revolução

O acordo provocou uma cisão no FDFC, entre os partidos liberal e reformista e o Partido Comunista que, sob pressão radical dos membros mais jovens, o rejeitou. Al-Shafi Khodr, ex-membro do SCP expulso em 2016 por insubordinação, é apenas moderadamente otimista quanto ao sucesso do processo revolucionário. Ele é considerado como a eminência parda do primeiro-ministro transitório Abdalla Hamdok, ex-vice-secretário executivo da Comissão Econômica da ONU para a África, e também ex-membro do SCP.

O futuro da revolução do Sudão repousa na política econômica e na transferência de poder para um governo civil. Como os governos que emergiram da Primavera Árabe na Tunísia e no Egito, o governo de transição no Sudão tentou até agora se ater aos preceitos neoliberais que levaram à queda de Bashir. O Ministro de Economia e Finanças Ibrahim Elbadawi, por muitos anos economista do Banco Mundial antes de dirigir centros de pesquisa em Dubai e Cairo, anunciou em dezembro de 2019 que os subsídios de combustível seriam gradualmente eliminados em 2020. Após protestos populares, o FDFC o persuadiu a recuar. Ele também teve que assegurar ao povo que os subsídios a outros produtos básicos, incluindo o pão, seriam mantidos.

A situação econômica está se deteriorando. A inflação está fora de controle, a libra sudanesa no mercado paralelo vale apenas metade de seu valor oficial, o desemprego juvenil é superior a 30%, e muitas pessoas vivem no setor informal ou em empregos precários (o Sudão também sofre com a Uberização). Tudo isso é agravado pela pandemia do coronavírus. Embora a resposta do governo de transição à sua propagação tenha sido rápida e vigorosa, é provável que a economia diminua

drasticamente.

Como na Tunísia e no Egito, o governo sudanês parece estar contando com a ajuda dos países ricos e a benevolência dos pilares da ordem econômica global sediada em Washington. O General Abdel Fattah al-Burhan, ex-presidente do Conselho Militar de Transição (*Transitional Military Council* – TMC) e atual presidente do Conselho de Soberania (*Sovereignty Council* – SC), usou a perspectiva de ajuda dos EUA para justificar o encontro com Binyamin Netanyahu de Israel em Uganda em fevereiro deste ano (ver o artigo [Cosying up to Israel](#)). A reunião foi duramente criticada no Sudão. Antes que a pandemia mudasse tudo, as esperanças do Sudão de ajuda econômica internacional foram grandemente diminuídas pelo radicalismo social de seu movimento de protesto. É impossível prever se este radicalismo sobreviverá à pandemia, que tem suspenso movimentos de protesto no mundo inteiro, de Hong Kong à Argélia, França e Chile.

Ameaça do exército

Há outra ameaça ainda maior ao futuro do equilíbrio no Sudão: os militares. Os liberais e reformistas estão presos entre suas bases radicais, que exigem que todo o Poder Executivo seja transferido para um governo civil (inclusive colocando as Forças Armadas sob o controle de instituições eleitas), e o apego dos militares à sua autonomia, se não ao seu controle sobre as instituições civis. Sadiq al-Mahdi acredita que pode conciliar essas posições, estendendo a transição por um período prolongado. Este líder religioso e político de 85 anos (um graduado de Oxford) é o principal defensor de uma aterrissagem suave. Ele acredita em concessões, e não apenas na política. Sobre a questão do secularismo, por exemplo, ele prevê uma coexistência pacífica entre a sharia e o status civil individual opcional. Mas mediar sobre o status das Forças Armadas significa apostar em sua boa vontade.

Muitos justificariam tal aposta com base na suposta ruptura

entre o exército regular, liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan, e as Forças de Apoio Rápido, antigos paramilitares implicados no genocídio de Darfur e agora parte integral das Forças Armadas, lideradas pelo general Mohamed Hamdan Dagalo, também conhecido como Hemetti, vice-presidente do TMC e do SC. A tentativa de assassinar Hamdok em 9 de março, e o motim em janeiro por uma seção das forças de segurança saudosas do regime Bashir, foram lembretes da diversidade das forças locais contra-revolucionárias: elas não estão limitadas às duas facções do exército apoiadas pela tríplice aliança entre o reino saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Egito.

Os revolucionários não fizeram incursões políticas organizadas junto às fileiras inferiores das Forças Armadas, embora a confraternização entre os militares e o movimento popular tenha sido um fator decisivo na decisão do alto comando de depor Bashir, como foi na decisão de deter a repressão em junho passado. No entanto, a ação política popular voltada para as Forças Armadas voltou a se intensificar recentemente. Em fevereiro, a aposentadoria forçada de jovens oficiais que haviam se recusado a usar de violência contra os manifestantes – entre eles o Tenente Mohamed Sidiq Ibrahim, que se tornou um herói popular – desencadeou enormes protestos que terminaram em confrontos com as forças de repressão. O alto comando militar foi forçado a reintegrar os oficiais.

O maior trunfo dos revolucionários é sua determinação. Quando salientei que os militares não hesitariam em matar para defender seus privilégios, Kasha Abdel-Salam, chefe da Organização das Famílias dos Mártires cujo filho foi morto no início da revolta, respondeu: “Eles estão preparados para matar, mas nós estamos preparados para morrer”.

Artigo publicado originalmente em [Le Monde Diplomatique](#)

Via [International Viewpoint](#)

Notas

[1] Meus agradecimentos a Anwar Awad, Mustafa Khamis, Khadija el-Dewehi, Mohamed Abd-el-Gyom e Talal Afifi, por sua ajuda em fevereiro, e a outros que não pude citar neste artigo.

[2] Ver Gilbert Achcar, 'The seasons after the Arab Spring', Le Monde diplomatique, edição inglesa, junho de 2019.

[3] Ver Aidan Lewis, 'Revolutionary squads guard Sudan's bakeries to battle corruption', Reuters, 19 de fevereiro de 2020.